


editora ifg


IMPERIAL
editora


Edifes



SUDESTE

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

1

org.
Adonai Lacruz
Ana Carolina Rigoni Carmo
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação do livro Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, funcionários, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a história da educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo de sua história (escolas de aprendizes artífices, liceus profissionais, escolas industriais e técnicas, escolas técnicas federais, escolas agrotécnicas,

da publicação



editora ifg



Edifes



SUDESTE

1

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

org.

**Adonai Lacruz
Ana Carolina Rigoni Carmo
Olliver Mariano Rosa**

ISBN 978.85.67022.82-6

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



R335	<p>Região Sudeste / Organização: Adonai José Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo – Goiânia: Ed. IFG; Vitória: Edifes; Rio de Janeiro: Imperial Editora, 2024.</p> <p>256p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v. 1 / Organização: Olliver Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (Ebook): 978.85.67022.82-6 ISBN (Impresso): 978.85.67022.85-7</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Lacruz, Adonai José (org.). IV. Carmo, Ana Carolina Rigoni (org.).</p> <p style="text-align: right;">CDD 378.013</p>
<p>Catálogo na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497</p>	

SUMÁRIO

Apresentação da coleção

Prefácio

O símbolo da história da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sudeste

Apresentação

1. Colégio Pedro II

Um passado presente

ELISABETH MONTEIRO DA SILVA
DOUGLAS FELIPE DE ANDRADE
BEATRIZ BOCLIN MARQUES DOS SANTOS
VERA LUCIA CABANA DE QUEIROZ ANDRADE
VERA MARIA FERREIRA RODRIGUES

2. Instituto Federal Fluminense

RODRIGO ROSSELINI J. RODRIGUES
DAYANE DA SILVA S. ALTOÉ
FÁBIO GUSTAVO V. SIQUEIRA

3. Instituto Federal De São Paulo

115 anos de história

ADALTON M. OZAKI
CARLOS E. P. PROCÓPIO
CÍNTIA M. BRAZOROTTO
RAFAEL A. SCARAZATTI
SILMÁRIO B. DOS SANTOS

4. Das Escolas Técnicas ao Instituto Federal de Minas Gerais

Percursos da educação profissional em minas Gerais (1944-2024)

RODOLPHO GAUTHIER CARDOSO DOS SANTOS
DENIS PEREIRA TAVARES
DOUGLAS BIAGIO PUGLIA
GILZILENE DE JESUS CAETANO
PABLO MENEZES E OLIVEIRA

5. As origens do Instituto Federal do Rio de Janeiro

Uma instituição em transformação

RAFAEL BARRETO ALMADA
MARCUS VINÍCIUS PEREIRA
ALESSANDRA CIAMBARELLA PAULON
IGOR DA SILVA VALPASSOS

6. Construindo Futuros

A jornada do Instituto Federal do Espírito Santo

JADIR JOSÉ PELA
MARIELLA BERGER ANDRADE
DANIELLI VEIGA CARNEIRO SONDERMANN
ADRIANA PIONTTKOVSKY BARCELLOS
ANDRÉ ROMERO DA SILVA
LEZI JOSÉ FERREIRA
LODOVICO ORTLIEB FARIA

7. Uma instituição em movimento

CEFET/MG, mais de um século de história

JAMES WILLIAM GOODWIN JUNIOR
CARLA SIMONE CHAMON
DANIEL HENRIQUE DINIZ BARBOSA
ISIS PIMENTEL DE CASTRO
MARIA ADÉLIA DA COSTA

8. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Um caminho rumo ao horizonte

ALCIMARA AUXILIADORA ANDRADE DE PAULA
BIANCA ALVIN DE ANDRADE SILVEIRA
JULIANA RODRIGUES DE ALMEIDA

9. Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca

Tradição e inovação em uma instituição centenária

TEREZA FACHADA L. CARDOSO
SAMUEL RODRIGUES DE OLIVEIRA

10. Instituto Federal do Sul de Minas

Sua história

PAULO ROBERTO CECCON

11. Instituto Federal Do Norte De Minas Gerais

Das origens rurais em Salinas e Januária à consolidação multifacetada, transformadora e profissionalizada na metade norte do estado

BRAULIO QUIRINO SIFFERT
GUSTAVO HENRIQUE SILVA DE SOUZA
KARINE ANDRADE FONSECA

12. Gênese E Memórias Do Instituto Federal Do Triângulo Mineiro

CAIO RESENDE
DANILO SILVA DE ALMEIDA
EDNALDO GONÇALVES COUTINHO
GEANDRE DE CARVALHO OLIVEIRA
MARIÂNGELA CASTEJON
MARVILE PALIS COSTA OLIVEIRA

Catálogo Fotográfico

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

De epígrafe a esta apresentação são feitos os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar a reflexão apenas ao otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando a vegetação perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, tornando-se inócua à medida que esquece seu propósito, como acusa Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio no presente rejeje o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações.

1 CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: minhas confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

2 ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

Certamente, houve tempo para que a semeadura se erguesse em troncos de árvores plantadas na extensão de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, considerado a maior árvore nativa do país; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaumeira, chamada a “árvore da vida”. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas algumas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela gradação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, harmoniza-se à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm setembro de 1909 (um começo primaveril) como marco de sua criação – o qual se estende às demais por se considerar referência do primeiro esforço de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se os objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária tão influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico de nosso país quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional, contribuindo, assim, para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos e registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflita a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130ª Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, para lançamento durante a 48ª

Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec).

Esta coleção se materializa graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo (de janeiro a outubro de 2024) se não pelo esforço coletivo. De uma parte, sete editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para organizar o volume sobre as doze instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as cinco instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho sobre as onze instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as seis instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, para as sete instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi sinalizada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação pela editora do Instituto Federal de Brasília do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longa dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional ao longo do último século e das duas primeiras décadas

do século XXI. De uma parte, pode-se exemplificar com obras como a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizizes artífices ao instituto federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. A essas obras se somam vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da educação profissional no Brasil, como é o caso de referências importantes como os títulos de prefaciadores/as da coleção: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), organizado por Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica na Amazônia* (2023), organizado por José Pinheiro e José Cavalcante. A palavra deles/as refloresce as narrativas históricas presentes nestas páginas.

Nesse esforço de mapear publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível encontrar históricos institucionais por meio de busca na internet, mas o acesso a eles não é facilitado para o público em geral. Além de estarem dispersos nos vários portais oficiais, por vezes, esses históricos não se encontram ostensivos – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças pontuais em denominações ou a mencionar a legislação principal de constituição histórica da Rede. Falta, assim, uma publicação em que a história particular de todas as instituições possa ser conhecida para além da visão panorâmica que transita entre os marcos das escolas de aprendizizes artífices, dos liceus profissionais, das escolas industriais e técnicas, dos patronatos e colégios agrícolas, das escolas agrotécnicas, dos centros federais de educação tecnológica e, por fim, dos institutos federais, incluindo nesse conjunto o Colégio

Pedro II. Essa medida se faz necessária ainda a fim de demonstrar a urgência urgentes de medidas para estudo, catalogação documental, conservação e comunicação da memória dessas instituições, o que está patente em iniciativas mais bem estabelecidas, como as observadas no Memorial do Instituto Federal do Ceará – Dr. Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe, no Centro de Memória do Instituto Federal do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, exemplos a serem replicados por todo o país a fim de que a sociedade tenha mais uma entrada no ecossistema da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que foi instituída com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nesta coleção: os 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as escolas técnicas vinculadas às universidades federais, cuja organização obedece a princípios específicos. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 centros federais de educação tecnológica, 75 unidades de ensino descentralizadas, 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades. Nesse conjunto, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã criada em Curitiba/PR em 1869,³ e o Instituto Federal Baiano, que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁴ Ao mesmo tempo, há o caso do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como escola técnica federal autorizada em 2007, mas que foi de fato implantado já como instituto federal,

3 IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

4 IFBAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IFBaiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma diversidade similar à da flora brasileira, assomou-se à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

A diferença temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a primeira configuração de um sistema educacional nacional na primeira década do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, que fossem criadas 19 escolas de aprendizes artífices (EAA), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁵ a efetiva implantação das escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo inicial de implantação sinaliza para a singularidade local das trajetórias dessas instituições congêneres, o que denota a tão frequente divergência entre as diretrizes legais no campo educacional brasileiro e sua aplicação no chão da realidade. Além da diversidade na temporalidade real de funcionamento das escolas, há duas exceções quanto ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma unidade da EAA, porque já havia em Porto Alegre o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, no entanto, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, o qual, em 1911, aprovou um novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁶ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer em corpo o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, que instituiu outras diretrizes a serem seguidas pelas EAAs, modificando, entre

⁵ SOARES, M. J. A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

⁶ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

outros aspectos, a faixa etária dos educandos. Apesar de serem regidas por uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país, as escolas adquiriram feições específicas de acordo com as demandas de cada contexto. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁷ praticamente todas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretense fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com muitas desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à medida que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação das instituições na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento em atenção à demanda do incipiente setor industrial brasileiro.⁸ A função assistencialista das escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo adquiriria novas conotações por reverberação das mudanças no cenário político-econômico,

⁷ Cunha (2000).

⁸ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizizes Artífices ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos sinalizavam o percurso de reconfigurações que as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, seguiram ao longo de sua trajetória, decênio a decênio, em razão da reformulação das políticas relacionada à educação profissional e técnica, bem como ao ensino agrícola. As mudanças na formação oferecidas pelas escolas interferiam também no perfil do alunado recebido à sombra de suas copas, a idade, a instalação em regime de internato e, em um ponto de inflexão sociocultural, a liberação do acesso ao público feminino.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das escolas de aprendizes artífices deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,⁹ apontou para um novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930, com um alcance nacional mais efetivo. Em 1935, Francisco Montojos, titular da então recém-criada Superintendência de Ensino Industrial, curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, na época chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, descreveu as condições estruturais das EAAs e discriminou as pedras no caminho da remodelação de seus edifícios. Em documento posterior, Montojos anunciou a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹⁰ Muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, tornaram-se patrimônios arquitetônicos inseridos na paisagem das cidades, como um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

Em 1937, com o estabelecimento de uma nova organização para o recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser liceus industriais. Apesar de essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina, por exemplo, não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia, a designação de liceu existiu apenas em documentos e jornais, visto que a inauguração da instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 já com a outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n.

⁹ Cunha (2000).

¹⁰ MONTOJOS, F. *Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935*. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

4.127/1942, que estabeleceu uma nova organização para a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por escolas técnicas, escolas industriais, escolas artesanais e escolas de aprendizagem. Esse decreto instituiu unidades escolares em todo o país: nove na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto/MG; escolas técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como escolas industriais); nove na Região Nordeste – escolas técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e escolas industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; três na Região Sul – escolas técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e industrial em Florianópolis/SC; duas na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT – e duas na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA. As folhagens da Rede cresciam pelos céus brasileiros.

Em 1959, a Lei n. 3.552 estabeleceu uma nova organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listou as 23 unidades que constituíam a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que a letra da lei, em um fato notório aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio daquele ano, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias escolas a fim de reivindicar a exoneração de Montojos do comando da pasta do ensino industrial em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país, como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹¹ Além de mostrar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das escolas, esse evento revelou um

¹¹ ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

aspecto da formação profissional do corpo estudantil, a qual ultrapassava e ultrapassa o atendimento ao mercado de trabalho, na medida em que engendrava e engendra, retomando as palavras de Bernardo Élis, muito mais que “alunos cansados fazedores de deserto”.

A dimensão federal das escolas técnicas foi confirmada em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. Os diferentes nomes das instituições também participam do feito memorialístico. A designação de escolas técnicas e agrotécnicas federais foi a que vigorou por mais tempo, o que por certo criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam quando ouvem sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, manteve-se mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em centro federal de educação tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, durante todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a sedes administrativas, auditórios e ginásios, porque o que fizeram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela estende suas raízes pelas diferentes terras brasileiras.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previu a instalação de 200 escolas técnicas – industriais e agrotécnicas –, em acréscimo às 57 existentes, conforme o relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹² Para alcançar essa meta, foi autorizada, por meio Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de unidades de ensino descentralizadas (Uneds) nas estruturas

12 BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 ju. 2024.

organizacionais das escolas técnicas federais e nos centros federais de educação tecnológica. Contudo, essa grande expansão, que pode ser considerada a primeira da Rede, foi menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar da Lei n. 8.670/1993, em que foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 escolas agrotécnicas federais em 6 estados brasileiros e foram nomeadas apenas 33 uneds, distribuídas em 19 estados. A visada para o passado é indispensável ao mapeamento dos descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções para o futuro.

As escolas agrotécnicas federais possuem percursos ainda mais particulares que as instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, foi criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, foi inaugurada uma escola agrotécnica federal em Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente a esse ensino e em sua concepção formativa: patronatos e aprendizados agrícolas, escola de iniciação agrícola, escolas agrícolas, escolas práticas de agricultura, ginásios e colégios agrícolas, escolas agrotécnicas. A flora da Rede não se espalhou somente entre os prédios das cidades, mas ocupou igualmente a vastidão dos campos.

Apesar dessa diversidade cronológica e terminológica, houve leis que repercutiram de forma mais abrangente sobre várias dessas instituições,

sinalizando para sua configuração como rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários patronatos agrícolas e sua transformação em aprendizados agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de colégio agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as escolas agrotécnicas federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que repercutiu na organização de várias instituições, forjando a conexão de múltiplos biomas, semelhantes em sua diversidade.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal escolas técnicas e agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos centros federais de educação tecnológica e uma atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as escolas técnicas federais e dez escolas agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹³ Quando a autora submeteu seu artigo, o governo Lula já havia começado a expansão da Rede Federal, que teve início em 2005 e prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, com foco na periferia dos grandes centros urbanos e nos municípios do interior.¹⁴ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se estabeleceu: a “ifetização”. Como resultado dessa expansão, em 2024 existem 685 unidades, incluindo as vinculadas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná e às 22 escolas técnicas ligadas às universidades federais. Para apresentar essa paisagem atual, incluímos, ao fim de cada volume, um catálogo de registros fotográficos dos câmpus e das sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Estabelece-se um panorama como referência para um marco da história recente: o anúncio em março deste ano de outros 100 câmpus,

13 CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais-Projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

14 BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco/es/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

uma maneira simbólica de comemorar o aniversário celebrado em setembro último, abrindo mais uma primavera.¹⁵

Embora no transcurso desses 115 anos haja marcos legais que se referiram às instituições que compunham a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, as diretrizes e determinações adquiriram feições peculiares em sua inserção na realidade local e regional. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização de onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades que hoje constituem a capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Todavia, isso não se desenvolveu de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de diferentes esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para compor nesta coleção em poucos meses de um verdadeiro mutirão, que envolveu tanto a elaboração dos textos quanto a seleção de fotos marcantes do passado e do presente de cada instituição, dispostas em belos mosaicos ao fim dos capítulos. As páginas que se somam nesta floresta de palavras e imagens são sementes a serem plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre essas memórias, amadurecidas pelo ciclo de outras estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto com Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco. Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”. Às palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kolody para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.¹⁶ Esse sonho, contudo, não foi confabulado pelo sono,

15 BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

16 KOLODY, H. Nós. In: KOLODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

mas pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁷ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se inscreve, todavia, em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia.”¹⁸ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso percurso, talvez com a escuta ao longe da voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”¹⁹ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Inspirado nessas palavras poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir em singular no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado do percurso de um pesquisador que não tem a Educação Profissional e Tecnológica entre seus principais focos de interesse, porém que aprendeu com Paulo Freire a importante lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet-GO e servidor do atual IFG, tenho esta instituição e a Rede que ela integra como larga parte do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/ às colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER MARIANO ROSA
ORGANIZADOR-GERAL DA COLEÇÃO

¹⁷ MELLO, Thiago de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022)*. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁸ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

¹⁹ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

O SÍMBOLO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA REGIÃO SUDESTE

O símbolo histórico deste volume da coleção, um jequitibá rosa,¹ expressa com felicidade a história dos institutos federais de educação profissional e tecnológica, a Região Sudeste, berço das primeiras iniciativas que lhes deram origem. O tronco forte, altivo resistiu a muitas intempéries; a copa aberta em centenas de galhos estendidos e entrelaçados, desdobrados em outros ramos, como são as muitas unidades de ensino, pesquisa e extensão criadas ao longo de mais de um século de atividades.

A coleção *Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, bem simbolizada no jequitibá rosa, comemora 115 anos de uma história secular, que tem seu marco inicial na rede de escolas de aprendizes artífices (EAAs), criada pelo presidente Nilo Peçanha em 1909.

A memória preservada nos acervos de documentos escritos, orais e iconográficos permitiu a reconstrução histórica dessas instituições. Ancorada nos vestígios do passado, o ensino das primeiras letras e das atividades manuais e artesanais, a história escrita de cada um dos institutos projeta a construção do futuro no universo das profissões, desafiadas pelas tecnologias digitais e pelas transformações aceleradas do mundo do trabalho.

Detalhando o mundo do trabalho, que inclui, mas não se resume ao mercado de trabalho, o sociólogo Antunes (2020)² chama a produção

¹ “É considerada a maior árvore nativa do Brasil, porque pode atingir até 50 metros de altura e um tronco com diâmetro de até sete metros. [...] é a árvore-símbolo dos estados de São Paulo e do Espírito Santo” (Jequitibá-rosa, 2024).

² ANTUNES, Ricardo. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

social de nosso tempo de “capitalismo de plataforma”. O crescimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, como o uso da Inteligência Artificial e da indústria 4.0, aumenta a automação e a robotização dos processos produtivos, dispensando trabalhadores menos qualificados, reduzindo a mão de obra, aumentando a produtividade, gerando a precarização do trabalho, o desemprego, o empobrecimento generalizado em grandes massas populacionais. Os institutos federais (IFs) defrontam-se com jovens estudantes que buscam aprender a viver e a trabalhar neste mundo de muitos desafios.

De EAAs destinadas “aos desfavorecidos da fortuna” ao ensino pré-vocacional e ao ensino técnico no governo Vargas, para atender ao projeto industrialista do início do século XX, os IFs são, há décadas, escolas de excelência, orgulhosos de sua história e do ensino-aprendizagem que proporcionam. É essa história, contada em detalhes, pelas doze unidades da Região Sudeste³ que nos é dado a admirar nos capítulos do livro.

O histórico secular de antiguidade ou de marco inicial da rede de EAAs em 1909, está presente em quase todas as instituições: o Colégio Pedro II, oficializado pelo Imperador em 1837; o IFF, pioneiro em 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha transformou a experiência das escolas profissionais fluminenses nas EAAs; os vínculos iniciais com escolas agrícolas (IFMG, IF Sudeste MG, IFNMG, IFRJ); o Cefet/RJ, cuja origem está na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1938), e foi criado para servir de modelo nacional dos estabelecimentos de ensino industrial. Outros destaques de presente e de futuro são a perspectiva de chegar a 53 câmpus (IFSP); ou 23 câmpus, de forma alinhada aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (IFs).

Queremos nos deter sobre esse rio do tempo que é a memória e o lugar que ocupa na escola, permitindo aflorar lembranças e formas de ser que constituem sua identidade. O historiador francês Nora (1984, p. 17)⁴ inicia uma reflexão pela aceleração da história no mundo atual. Descarta-se o passado cada vez mais rapidamente, perde-se a visão da totalidade, há uma ruptura de equilíbrio. Com isso cresce a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia neste momento

3 Cefet/MG, Cefet/RJ, Colégio Pedro II, Ifes, IFRJ, IFF, IFMG, IFNMG, IF Sudeste MG, IF-SULDEMINAS, IFMT, IFSP, siglas que são as 12 referências que fazem parte de uma rede de 661 unidades no Brasil.

4 NORA, Pierre. Entre memoire e histoire : la problematique des lieux. In: NORA, Pierre. Les lieux de memoire: I - La République. Paris: Gallimard, 1984.

particular da história. É uma memória dilacerada que se confunde com a ruptura com o passado. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos lugares de memória”.

É uma sociedade que tende a perder os rituais, a dessacralizar as fidelidades particulares, “em que se nivela por princípio e tende-se a reconhecer apenas indivíduos iguais e idênticos”. Nora (1984, p. 24) desenvolveu sua reflexão sobre “os lugares de memória” que são “os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os museus, cemitérios e coleções, assim como as comemorações, as festas, os monumentos, santuários, associações, testemunhos de um outro tempo, sinais de reconhecimento e de pertencimento a um grupo”. A estes lugares acrescentamos as escolas.

Percorri os resumos e os textos alternando com as lembranças vivas que tenho de visitas e pesquisas em muitos institutos federais. São seus espaços arquitetônicos amplos, prédios extensos e corredores, áreas livres, pátios, grupos de jovens, palavras soltas, risadas, algazarras, salas bem montadas, laboratórios, bibliotecas, professores cercados de alunos, anfiteatros com rituais comemorativos...

Os institutos federais têm história, e somente este reconhecimento seria suficiente para justificar a coleção. É um exercício de identidade do presente para o passado, em que cada IF se apresenta como se vê institucionalmente. Suas histórias são contadas com os sentimentos de pertencimento de quem as escreveu. À primeira vista, alguns subtítulos se destacam pelo seu sentido simbólico sobre as longas trajetórias: mais de um século de história, tradição e inovação em uma instituição centenária, 115 anos de história, um passado presente, uma instituição em transformação, construindo futuros, rumo ao horizonte...

Historicamente, os textos espelham seu vínculo de origem que é o trabalho manual e artesanal, as primeiras letras e o assistencialismo destinados aos “desfavorecidos da fortuna”, filhos de libertos e brancos pobres. De outra parte, relatam como prevaleceu a destinação das disciplinas clássicas das ciências da natureza e das humanidades, das letras e das artes para a parcela dos filhos das elites.

Essa imposição do trabalho e a negação da educação plena, completa, geral básica e específica, sofreu avanços e recuos ao longo do tempo. Seus vestígios atuais se fazem presentes na estrutura de desigualdades sociais, de condições de vida e de trabalho da grande massa da população. Os textos históricos da coleção sinalizam o potencial dos IFs para sua superação no campo educacional, científico e tecnológico.

Louve-se a coleção em um país como o Brasil, em que o processo colonizador submeteu à intervenção armada, política e ideológica, ao apagamento de toda memória e história que pudessem alimentar a resistência à dominação, à exploração predatória das riquezas e das pessoas. São textos que, na unidade diversa da rede de educação profissional e tecnológica, apresentam a transformação das primeiras experiências em que a expansão não é apenas numérica. São novas qualidades técnicas, tecnológicas, educacionais em sintonia com as transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais da região, dos municípios, das necessidades locais.

A transformação em IFs abriu caminho para a verticalização, do ensino médio à pós-graduação, como instituições de educação, ciência e tecnologia, educação à distância, divulgação científica, produção cultural, cooperativismo, além dos apelos do empreendedorismo diante das transformações do trabalho. Caracteriza-nos a diversificação por níveis e modalidades, com formação continuada de trabalhadores, educação de jovens e adultos, ensino técnico de nível médio, licenciaturas e pós-graduação de mestrado e doutorado.

O enfrentamento da dualidade estrutural da educação imposta social e historicamente no país exige compreender o percurso das escolas contextualizado ao longo do tempo (IFMG). Embora nem todos os artigos declarem a consciência das desigualdades e da dualidade estrutural do ensino oferecido à população, a potência educacional dos IFs lhes assegura um lugar de relevo na democratização da educação pública brasileira.

Alguns estudos tensionam “uma postura crítica diante do mundo” (Cefet/MG), “as tensões e contradições presentes na construção do sistema educacional” (IFTM); salientam a democratização dos processos seletivos com análises socioeconômicas, com políticas afirmativas para pessoas negras ou indígenas. Os textos oferecem alguns elementos sobre a presença de mulheres nos IFs. Uma fotografia registra moças em um curso de economia doméstica (1953-1954), depois, sua transformação em formação para o magistério em economia rural e doméstica e, nos anos 1960, a criação do curso ginásial e o colegial (IFMG); outro texto relata que mulheres só puderam passar a estudar na Escola em meados dos anos 1970, mas registra também a presença decisiva durante a Covid-19 de uma mulher eleita reitora (IFNMG).

Metodologicamente, os artigos fazem historiografia com pesquisa documental e bibliográfica com fontes escritas, orais, iconográficas (leis, relatórios, entrevistas, depoimentos, mapas, organogramas, fotografias),

livros e artigos publicados, teses e dissertações. Ora são mais descritivos, ora mais analíticos, seja com a enumeração de etapas, seja com a análise contextualizada das transformações. Algumas instituições têm um trabalho sistematizado de preservação de acervo, memória e historiografia (IFRJ, IFMG).

Aflora um agir coletivo em muitos níveis e instâncias políticas, “propósitos de liberdade e educação” (IFSudesteMG), o trabalho em rede, as imagens dos centros de memória, na diretoria de comunicação ou na galeria institucional. Cada artigo torna-se uma referência sobre a aplicação das leis, sobre políticos atuantes, políticas governamentais, mudanças sociais que transformam as instituições. O volume de informações dos doze artigos ultrapassa a possibilidade de levar adiante muitos e merecidos destaques. Correndo o risco da parcialidade subjetiva, a leitura dos textos enseja a visão frondosa do jequitibá, mas não se pode ver, ao mesmo tempo, todos os ramos, folhas e flores...

As fotografias mostram detalhes da vida que flui em cada instituição com suas transformações: a inauguração do prédio da EAA em Campos, a merenda escolar na mesa com meninos disciplinados, de os braços cruzados (1922), mas também a inauguração de um laboratório de física e de um pavilhão esportivo (IFF); alunos entre animais em uma aula prática de zootecnia (IFNMG); alunos formados na banda musical, sempre presente nas primeiras décadas das escolas; a presença do Presidente Vargas, de Tancredo Neves, do então governador Juscelino Kubitschek, de autoridades locais, e a entrada atual dos câmpus com a reprodução do logo dos IFs em grandes proporções (IFSULDEMINAS); a inauguração de novos câmpus com o Presidente Lula, o espaço ecológico aberto a visitantes (IFRJ); os singelos prédios iniciais e a grandeza arquitetônica do conjunto de edifícios atuais (IF Sudeste MG), vestígios da memória que contribuem para uma visão viva, dinâmica do presente que reconhece o passado e se projeta para o futuro.

Outras figuras que dão a dimensão da rede e sua diversificação são gráficos do crescimento das matrículas e mapa da abrangência regional do IF e seus projetos incluindo comunidades quilombolas e comunidades indígenas (IFNMG); quadro dos cursos oferecidos e gráficos da quantidade de projetos de pesquisa que oferecem iniciação científica (IFSP), de cursos de graduação e de pós-graduação (IFMG); as redes e parcerias como o ProfEPT, os acordos internacionais e os intercâmbios de professores e de estudantes com países de todos os continentes.

A incorporação do discurso das competências reduziu as capacidades humanas a comportamentos pautados pelas exigências empresariais, em oposição à formação humana integral. São vestígios neoliberais dos anos 1990 em que o Decreto n. 2.208/1997 orientava para “cursos enxutos, rápidos, com certificações parciais”, com uma formação aligeirada, de baixo custo (IFMG), a orientação estrita para o mercado, pela disciplina do trabalho submetido às condições de exploração na sociedade capitalista, pelo consumismo, pela naturalização da desinformação, pelas fake news, pela violência.

A cultura do ensino médio integrado retomada pelo Decreto n. 5.154/2004 é um tema que aparece com matizes na citação da separação entre a educação profissional e o ensino médio, que inviabilizou o antigo “integrado” entre as disciplinas gerais e as disciplinas específicas da educação profissional e técnica. Prevaecem as menções ao concomitante (interno e externo), que é uma simulação da integração, enquanto o subsequente pode beneficiar profissionais em exercício.

Mas o integrado é a gênese de uma formação que se pretende científica e tecnológica, ética e humanista para a preservação da vida humana e do planeta, pelos fundamentos básicos do conhecimento das ciências da natureza, humanas e sociais. Além da contribuição para os exames de acesso ao ensino superior, são elas que abrem o horizonte da compreensão da vida social, econômica, política e ambiental onde todos vivemos.

Termino esta oportunidade de diálogo com as palavras do primeiro e mais importante historiador do ensino industrial que se projeta ainda hoje na educação profissional e tecnológica Celso Suckhow da Fonseca:

ACOMPANHANDO A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS FILOSÓFICAS QUE TÊM PRESIDIDO O ENSINO DE OFÍCIOS, DESDE SUAS ORIGENS QUANDO ERA OLHADO COMO HUMILHANTE E DESPREZÍVEL, ATÉ OS DIAS DE HOJE, EM QUE SE ENCONTRA VALORIZADO E EM PÉ DE IGUALDADE COM OUTROS RAMOS DA EDUCAÇÃO, SENTE-SE NÃO TEREM AINDA CHEGADO AO SEU TÉRMINO AS TRANSFORMAÇÕES [...]

[...] PASSANDO AO PROBLEMA MAIS AMPLO DA FORMAÇÃO HUMANA, SOCIAL E ECONÔMICA, CONHECEU AQUELE RAMO DE ENSINO UMA DEMONSTRAÇÃO DE SUAS POSSIBILIDADES EM ATENUAR A CRISE SOCIAL QUE ASSOBERBA O MUNDO E JÁ CHEGA AO BRASIL

Celso Suckhow da Fonseca
(1986, p. 203).

MARIA CIAVATTA

RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 2024.

APRESENTAÇÃO

NÃO SEREI O POETA DE UM MUNDO CADUCO.
TAMBÉM NÃO CANTAREI O MUNDO FUTURO.
ESTOU PRESO À VIDA E OLHO MEUS COMPANHEIROS.
ESTÃO TACITURNOS MAS NUTREM GRANDES ESPERANÇAS.
ENTRE ELES, CONSIDERO A ENORME REALIDADE.
O PRESENTE É TÃO GRANDE, NÃO NOS AFASTEMOS.
NÃO NOS AFASTEMOS MUITO, VAMOS DE MÃOS DADAS.

Carlos Drummond de Andrade ⁵

Nas florestas do Sudeste brasileiro, ergue-se o majestoso jequitibá-rosa, uma árvore símbolo de força, resiliência e longevidade. Para trazer à cena essas características, escolhemos essa espécie nativa da Mata Atlântica para estampar a capa do primeiro volume desta coleção, uma vez que, assim como o jequitibá-rosa, as instituições do Sudeste da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica cresceram e se consolidaram ao longo dos últimos dois séculos, enraizando-se profundamente no solo fértil do conhecimento e da inclusão social. Cada instituição dessa região, apresentada neste volume, compartilha um percurso único, mas todas convergem para um objetivo comum no tempo presente: promover o desenvolvimento educacional e social por meio da educação pública e de qualidade.

O jequitibá-rosa, com seus galhos robustos e copa vasta, nos ensina sobre a importância da conexão e da diversidade. Da mesma forma, as instituições deste volume demonstram como suas trajetórias se entrelaçam com as demandas locais e regionais, colaborando com o progresso do território em que estão inseridas. Cada uma delas, assim como as

⁵ ANDRANDE, C. D. de. Mãos dadas. In: ANDRANDE, C. D. de. *Sentimento do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 34.

raízes profundas dessa árvore, ancora-se em um compromisso com a inclusão e a excelência.

Neste volume, você, leitor e leitora, encontrará uma jornada que atravessa gerações. À maneira do jequitibá-rosa, que abriga vida e oferece sombra, essas instituições oferecem oportunidades para milhares de jovens brasileiros que buscam um futuro melhor. Com raízes firmes e um olhar voltado para o horizonte, esses institutos representam a continuidade de um projeto educacional que se renova, mantendo-se forte e vital.

Iniciamos a jornada com a história da árvore mais antiga deste bioma: o Colégio Pedro II. Oriundo do Seminário dos Órfãos de São Joaquim e oficializado em 1837, é a única instituição de ensino mencionada na Constituição Federal Brasileira de 1988, assim como a única da Rede que oferece da educação infantil à pós-graduação. Atravessou quase dois séculos da história do Brasil, do período imperial ao republicano, sendo equiparado aos institutos em 2012. Acompanha desde então a expansão da Rede Federal, unindo tradição e inovação em suas práticas, possuindo atualmente 15 câmpus, nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Duque de Caxias.

Em seguida, apresentamos a história do Instituto Federal Fluminense (IFFluminense), originário da escola profissional criada por Nilo Peçanha, em sua cidade natal, Campos/RJ, em 1906, que inspirou o modelo das escolas de aprendizes artífices. Em sua longa trajetória, tornou-se Cefet/Campos nos anos 1990 e transformou-se por fim em IFFluminense, abrangendo as regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, além da baixada litorânea e a região metropolitana do estado, com 16 unidades. Cumpre o papel de interiorização da educação de qualidade, alavancando o desenvolvimento local, com cursos de diferentes formatos, desde os de formação continuada até a pós-graduação.

O Instituto Federal de São Paulo (IFSP) foi criado como escola de aprendizes artífices, em 1909, e já adotou outras nomenclaturas, como Escola Técnica Federal de São Paulo, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, até que, em 2008, tornou-se Instituto Federal. Atualmente é o maior instituto do Brasil, com 41 câmpus, com perspectiva de expansão de 12 novos. Em uma trajetória marcada por desafios

e conquistas, o IFSP afirma-se como instituição de excelência no ensino e na inovação.

No Espírito Santo, fundado em 1909 como Escola de Aprendizes Artífices, o Instituto Federal evoluiu para se tornar um importante polo educacional no estado. A instituição possui 23 câmpus distribuídos pelo estado, com forte orientação para os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Durante nosso percurso, encontramos instituições que se transformaram e se integraram, como o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, fundado em 1910 em Pinheiral, que visava formar profissionais capacitados para a modernização da agricultura, às Escolas Técnicas de Química, na região metropolitana do Rio de Janeiro, que formavam a mão de obra industrial: a frutífera fusão dessas instituições foi possível com a criação dos institutos federais em 2008. Em franca expansão a partir dos anos 2000, o IFRJ consolida-se com novos cursos integrados e superiores e com a ampliação de novos câmpus, que se encontram tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto no interior do estado.

Já em terras mineiras, fundado em 1909 como escola de aprendizes artífices, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG) passou por diferentes arranjos institucionais. Hoje tem um perfil institucional e de atuação com orientação universitária e possui 9 câmpus. Ainda em Minas Gerais, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) teve origem em três instituições, das quais a mais antiga se origina no Aprendizado Agrícola de Barbacena, de 1910. Em 2024 são 11 câmpus implantados.

Contaremos também a história do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), assim nomeado em 1978, mas cuja origem remonta à Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, de 1917. Conhecido no Rio de Janeiro simplesmente como Cefet, a instituição foi criada para formar professores da educação profissional, assim como profissionais técnicos do Distrito Federal, incluindo no alunado as mulheres desde sua origem. Seu papel na cidade remonta ao período quando esta foi sede do Governo Federal, mas permanece como centro de referência na atualidade, havendo se expandido

para outros municípios do estado, assim como sua atuação do ensino médio à pós-graduação.

Voltando a Minas Gerais, o Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) tem suas raízes em três escolas agrotécnicas federais, sendo a mais antiga o Patronato Agrícola Visconde de Mauá, criado em 1918. Três escolas lideraram a fundação do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), sendo a mais antiga o Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, fundado como escola técnica em 1942. As origens do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) datam das décadas de 1950 e 1960, quando foram iniciadas as atividades da Escola de Iniciação Agrícola de Salinas e a implantação do Colégio Agrícola de Januária, respectivamente. Essas três instituições somam juntas 37 câmpus: o IFSULDEMINAS com 8; o IFMG com 18; o IFNMG com 11.

Para finalizar este volume apresentamos o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), atualmente com 11 câmpus instalados, sendo o mais antigo o Câmpus Uberaba, que remonta a 1953, quando foi fundado como Centro de Treinamento em Economia Doméstica e Rural.

A escolha do jequitibá-rosa para representar as instituições do Sudeste da Rede Federal não é um mero acaso, mas uma escolha simbólica que ilustra o potencial e a relevância da região. Como essa árvore, que, apesar dos desafios do tempo, permanece firme, as instituições aqui retratadas mostram como enfrentaram as mudanças políticas, sociais e educacionais do país, mantendo-se sempre sólidas, relevantes e inovadoras.

Convidamos você, leitor e leitora, a seguir de mãos dadas conosco, se inspirar com a grandiosidade desta árvore e com as histórias que constituem este volume, conectando passado, presente e futuro da educação no Brasil.

ADONAI LACRUZ
ANA CAROLINA RIGONI CARMO
ORGANIZADORES